

NÚCLEO ESPECIALIZADO

Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

Boletim eletrônico



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apresentação

Assuntos em
destaque

Colunas em destaque

- [Direito & Sociedade](#)
- [Jurisprudência](#)
- [Legislativo em Foco](#)
- [Políticas Públicas](#)
- [Panorama Internacional](#)
- [Panorama Nacional](#)
- [Mulheres em Movimento](#)
- [Opinião](#)
- [Agenda Cultural](#)
- [Aconteceu](#)

Apresentação

A **63ª Edição** do Boletim Informativo do NUDEM apresenta um balanço geral sobre as ações desenvolvidas e apoiadas pelo NUDEM. Também, por meio do Boletim, pretendemos divulgar as ações e eventos realizados pelo NUDEM. Ressaltamos que o espaço do Boletim é aberto a todas(os) que queiram colaborar.

Editorial

Atuação estratégica da Defensoria e desigualdade de gênero

A EDEPE publicou em 18/04/2017 as teses para discussão nos pré-encontros temáticos.

Teremos na área cível três teses, infância duas, criminal três, execução criminal sete, num total de quinze teses a serem discutidas pela carreira.

Dentre estas quinze teses apresentadas, oito tem vinculação direta ou indireta com as mulheres usuárias do serviço prestado pela Defensoria Pública, o que denota não só a quantidade de mulheres alvo da prestação de assistência jurídica gratuita, como a necessidade de qualificar a instituição para as temáticas envolvendo gênero.

Logicamente, o recorte de gênero deve também ser estudado com suas transversalidades, em suas dimensões de classe social, cor, etnia, situação de encarceramento e gravidez.

Sem discutir o conteúdo das teses, que não é nossa função, o importante é perceber o destaque que as mulheres estão tendo na atuação diária das/os defensoras/es públicas/os que, ainda que inconscientemente, estão travando teses jurídicas e batalhas judiciais para a garantia de uma isonomia material e processual, além do reconhecimento e declaração de seus direitos, em verdadeira atuação em direitos humanos para a utópica, mas necessária luta pela igualdade de direitos, respeitando-se, por óbvio, as diferenças entre as pessoas.

Thais Helena de Oliveira Costa Nader
Defensora Pública do Estado
Atua na Vara da Região Leste 2 de Violência Doméstica e Familiar

[Voltar ao menu](#)

Assuntos em destaque

Direito & Sociedade

Escritório de advocacia dá seis meses de licença para pai e mãe

O casal Mariana Reina, 25, e Gabriel Addas, 24, ambos advogados, vão passar os primeiros seis meses de vida da primeira filha, Maria Clara, em casa

Mariana Reina e Gabriel Addas vão passar primeiros seis meses de vida da filha, Maria Clara, em casa.

Maria Clara, que tem previsão de vir ao mundo em julho, nascerá já com um privilégio de raríssimos brasileiros: passar os primeiros seis meses de vida sob os cuidados de papai e mamãe. A empresa onde ambos trabalham criou a "licença família", que promove direitos iguais de gênero de zelar pelos filhos.

O benefício, que passou a valer em março deste ano, se estende ainda para casais homo afetivos e para funcionários que adotem uma criança, sem restrição de idade. "Os seis meses para a mãe já é algo natural. Mas chegamos à conclusão que os pais também tinham de ter o direito igual. Os dois são elementos fundamentais da família. A mesma lógica aplicamos para casais gays e para pais adotivos", afirma Alexandre Pellaes, 42, diretor de gestão de pessoas do escritório ASBZ Advogados.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mulher sofre violência obstétrica após parto: "Só conseguia gritar e me contorcer"

Jovem conta sofrimento quando médico tentou tirar placenta com as mãos, sem anestesia.

Violência obstétrica é um termo amplo que pode parecer difícil para muita gente. Mas a fisioterapeuta Gabriela Maria dos Santos, de 23 anos, sabe na prática o que ele significa. Grávida de gêmeas, ela sofreu um aborto espontâneo na 19ª semana de gestação e teve que induzir o parto. Além do sofrimento de perder as pequenas Sofia e Helena, ela acabou sofrendo de retenção placentária, quando partes da placenta ficam presas dentro do organismo da mãe, e precisou realizar uma curetagem.

Há duas maneiras de realizar essa retirada. Se a mulher estiver em choque, com hemorragia intensa ou correndo risco de vida, o processo deve ser feito de forma manual, sem anestesia, para poupar tempo. Caso a paciente esteja consciente, mesmo que haja hemorragia, o mais indicado é anestesiar a mulher para que ela não sinta dor durante esse processo, que é invasivo. Era esse o caso de Gabriela.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Temer decreta indulto para mulheres presas e agrada especialistas na área

O atual presidente Michel Temer (PMDB) publicou no Diário Oficial da União (DOU) o [decreto de indulto e comutação para mulheres presas](#), brasileiras e estrangeiras, incluindo presas mães e por tráfico privilegiado. O objetivo é a implementação de melhorias no sistema penitenciário do país e a promoção de melhores condições de vida e da reinserção social às mulheres presas.

O indulto, que é uma forma de extinção da pena, será concedido de acordo com o decreto para as mulheres presas que não tenham sido condenadas por cometer crime mediante violência ou grave ameaça e não tenham sido punidas com a prática de falta grave.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Conar puniu sete peças publicitárias por denúncias de machismo em 2016

Queixas e "textão" em redes sociais fizeram Itaipava mudar formato da propaganda; a Verão de 2014 (esq.) ganhou mais roupa em 2017 (dir.)

#chegadeassedio, #meuamigosecreto, #meuprimeiroassedio. As hashtags mostram que a luta pela igualdade de gênero da atual era da informação não está só nas manifestações de rua, mas dentro meios digitais.

"O Facebook hoje é um grande balcão das denúncias no mundo", afirma Marina Negri, professora do Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da ECA (Escola de Comunicações e Artes) da USP (Universidade de São Paulo)

Com o alastramento das informações e formação de coletivos feministas proporcionados pelas redes sociais, especialistas em publicidade e gênero entrevistados pelo **UOL** afirmam que a sociedade passou a ser mais sensível às temáticas relacionadas aos direitos humanos, algo que se reflete diretamente na maneira como a publicidade trata a figura da mulher.

Tanto que, no ano passado, sete propagandas foram punidas pelo Conar (Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária) por terem elementos considerados machistas, que objetificam o corpo da mulher e/ou desrespeitam a condição feminina.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Human Rights Watch defende no STF descriminalização do aborto no Brasil

BRASÍLIA — A Human Rights Watch (HRW), organização não-governamental (ONG) com atuação em vários países na área de direitos humanos, defendeu em documentos enviados ao Supremo Tribunal Federal (STF) a descriminalização do aborto no Brasil. A entidade destaca que regras muito punitivas e restritivas ao aborto elevam a morte de mulheres que se arriscam em procedimentos ilegais e inseguros. Os pareceres foram apresentados em duas ações diferentes que tratam do tema no STF.

A HRW pediu para ingressar nas ações como "amicus curiae". Isso significa que, mesmo não estando diretamente envolvida, pode prestar informações relevantes à causa em julgamento. A decisão de autorizar a participação da ONG caberá às ministras relatoras de cada uma das duas ações: Cármen Lúcia e Rosa Weber.

Em ambos os casos, a HRW argumenta que os principais direitos humanos previstos no direito internacional "estão em risco quando o aborto é criminalizado, incluindo o direito à vida, à saúde, à não discriminação e à igualdade, à privacidade, à informação, a não ser submetido a tratamentos cruéis, desumanos e degradantes e de decidir quantos filhos se quer ter e em que momento".

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Jurisprudência

Estatuto da Primeira Infância: Sexta Turma diferencia requisitos da prisão domiciliar para pais e mães

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) apreciou dois processos nos quais as partes buscavam a concessão de prisão domiciliar, com pedidos fundamentados na Lei 13.257/16, conhecida como Estatuto da Primeira Infância. Em apenas um dos casos o colegiado entendeu presentes os requisitos necessários à concessão do benefício.

A substituição da prisão preventiva por domiciliar foi concedida à mãe de dois filhos, com dois e seis anos de idade, presa preventivamente por suposto envolvimento com tráfico de drogas.

O pedido de prisão domiciliar foi indeferido pelo Tribunal de Justiça, entre outros motivos, em razão de não ter sido demonstrado que a mãe seria a única pessoa capaz de cuidar das crianças e da possibilidade de amamentação do filho de dois anos na cadeia pública local.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Tribunal de Justiça reabre investigação sobre a morte de Luana Barbosa

Pedido da Promotoria Estadual retoma caso da mulher espancada por PMs, que completa um ano hoje, e que tinha sido arquivado pela Justiça Militar

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) determinou a reabertura das investigações na esfera civil da morte de Luana Barbosa dos Reis por traumatismo crânio encefálico e isquemia cerebral. Luana faleceu na noite do dia 13 de abril de 2016, cinco dias após ser abordada e espancada por três policiais militares

no bairro Jardim Paiva II, na periferia de Ribeirão Preto, no interior paulista. A história dela foi retratada no livro “Mães em Luta – dez anos dos crimes de maio de 2006”, idealizado pelo Movimento Mães de Maio e de autoria dos repórteres da Ponte Jornalismo, lançado em outubro do ano passado, em São Paulo, e no início de abril deste ano, em Salvador.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Pai de gêmeas consegue licença-paternidade de 180 dias

Um pai de gêmeas teve o direito reconhecido pela Justiça de tirar 180 dias de licença-paternidade. Como é servidor federal, a legislação concede 20 dias de folga para cuidar dos recém-nascidos. Para empregados da iniciativa privada, a licença é de, em regra, cinco dias, podendo chegar aos mesmos 20 dias dos funcionários públicos da União.

Com base nos princípios da proteção à criança, à família, e do melhor interesse do menor, o Juizado Especial Federal de Santa Catarina estendeu ao pai o prazo da licença-maternidade concedida à mãe. Ou seja, garantiu a ambos o direito de ficarem em casa cuidando das filhas nos primeiros meses de vida delas.

A decisão foi tomada na manhã desta quinta-feira (27/4) e confirmou sentença proferida em novembro pela 1ª Vara Federal de Florianópolis. O juizado analisou recurso da União contra a decisão de primeiro grau.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Escolas de Volta Redonda podem debater questões de gênero com alunos

As escolas de Volta Redonda, no Sul Fluminense, poderão voltar a debater questões relacionadas a gênero com os alunos. A Defensoria Pública do Rio de Janeiro conseguiu derrubar, no Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado (TJRJ), uma lei aprovada pelo Legislativo daquele município que proibia o tema nas salas de aula. A decisão foi proferida nesta segunda-feira (17), por maioria de votos.

O caso chegou ao TJRJ por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade contra a Lei Municipal 5.165, aprovada em junho de 2015, pela Câmara Municipal. A lei vedou “a implantação de política de ideologia de gênero nos estabelecimentos de ensino”. O prefeito vetou a legislação. Contudo, o Legislativo derrubou o veto, e a lei entrou em vigor.

Por meio do seu Núcleo de Diversidade Sexual, a DPRJ questionou a constitucionalidade da lei. No julgamento, o defensor público-geral do Estado, André Castro, sustentou que a lei proibia, na verdade, o assunto “gênero” nas escolas – ou seja, o debate sobre os atributos e significados que, de modo geral, uma sociedade atribui a homens e mulheres.

– O papel masculino de sustentar a família e o feminino de ficar em casa cuidando do lar são, por exemplo, atributos com os quais ninguém nesse plenário concorda. Mas infelizmente ainda estão arraigados e presentes em nossa sociedade. Os comportamentos que se derivam desse padrão, sabemos todos, resulta muitas vezes em violência física e, em muitos casos, até em morte – sustentou o defensor.

Na sustentação, Castro lembrou ainda “os atributos heterossexuais, que também são majoritários em nossa sociedade” e que, na maior parte das vezes, resultam em preconceito e violência física, “lamentavelmente, desde a escola”, para aqueles que têm orientação diferente.

Segundo o defensor, o Brasil registra o maior número de homicídio de transexuais e travestis do mundo e é um país que “ostenta vergonhosos índices de violência contra a mulher”.

De acordo com ele, o Brasil assumiu diversos compromissos internacionais a fim de reduzir a violência e este rico debate, que tem marcado presença nos plenários dos organismos internacionais, na cena política e jurídica brasileira, nos debates acadêmicos e no dia a dia dos cidadãos, seria transformado em verdadeiro tabu nas salas de aula de Volta Redonda com a permanência da lei.

O relator do caso, desembargador José Carlos Maldonado de Carvalho, votou favoravelmente a inconstitucionalidade da lei. Na avaliação dele, a norma viola os princípios do Estado republicano e laico, sendo incompatível com o pluralismo político. A decisão foi por maioria.

A defensora Livia Casseres, coordenadora do Núcleo de Diversidade Sexual da DPRJ, destacou a importância da decisão. Na avaliação dela, o resultado do julgamento abre um precedente que torna "clara a inconstitucionalidade de propostas legislativas que busquem aniquilar do âmbito da escola as indispensáveis iniciativas de transformação cultural destinadas à redução da violência real e simbólica contra grupos historicamente discriminados em nossa sociedade".

– O julgamento representa uma importantíssima tomada de posição do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em prol do princípio republicano, do pluralismo de ideias que é inerente à democracia e ao próprio direito constitucional à educação e, por fim, em defesa do direito fundamental à diferença – afirmou.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Legislativo em Foco

Nova lei proíbe algemar detentas na hora do parto

Prática era tolerada em mães presas que saem para ter o filho. 80% das mulheres presas são mães, segundo ITTC

Uma lei que altera o Código de Processo Penal foi sancionada na quarta-feira (12/4) pelo presidente Michel Temer (PMDB) e proíbe o uso de algemas em mulheres que estejam em trabalho de parto ou tenham acabado de dar à luz. A prática era tolerada em mães que estão presas e saem para ter o filho.

Em julho de 2014, o Tribunal de Justiça de São Paulo condenou o Estado a pagar uma indenização de R\$ 50 mil a uma mulher que, três anos antes, deu à luz com pernas e braços algemados. A justificativa usada na época é que, como presidiária, ela não poderia ficar solta por oferecer risco de tentar uma fuga. A Agência Pública acompanhou e divulgou a história em duas reportagens: Maternidade condenada e Ex-detenta que ganhou processo por parto com algemas fala pela primeira vez.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Conheça as Leis:

LEI Nº 13.433, DE 12 DE ABRIL DE 2017. (Inscreve no Livro dos Heróis da Pátria o nome de Zuleika Angel Jones e altera a Lei no 11.597, de 29 de novembro de 2007.) “[clique aqui](#)”

LEI Nº 13.434, DE 12 DE ABRIL DE 2017. (Acrescenta parágrafo único ao art. 292 do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para vedar o uso de algemas em mulheres grávidas durante o parto e em mulheres durante a fase de puerpério imediato.) “[clique aqui](#)”

LEI Nº 13.435, DE 12 DE ABRIL DE 2017. (Institui o mês de agosto como o Mês do Aleitamento Materno). “[clique aqui](#)”

Deputada Erika Kokay denuncia captura de comissão especial da Câmara pela bancada fundamentalista

A deputada federal Erika Kokay (PT-DF) lançou nota para alertar sobre investidas da bancada fundamentalista com o intuito de desvirtuar o conteúdo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 058/2011), em análise numa Comissão Especial da Câmara. A PEC trata originalmente da ampliação de direitos para mães de bebês prematuros, mas os conservadores querem incluir temas estranhos à matéria para atingir direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

“A mais nova investida da bancada fundamentalista é a captura da Comissão Especial que estende a licença-maternidade para as mães de bebês nascidos prematuramente e estabelece uma série de condições que são absolutamente fundamentais para que o Estado brasileiro assegure direitos à maternidade e à própria criança”, diz a parlamentar.

“Uma maioria construída tem dominado os trabalhos da Comissão e age de forma totalmente ilegal para desvirtuar o conteúdo da matéria e fazer dela palco para discussões que são totalmente estranhas à proposta com o único objetivo de restringir a interrupção legal de gravidez, discutir os limites do aborto legal e combater o que eles têm chamado de ‘ativismo judicial’”, denuncia Kokay.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Agressão familiar e doméstica contra mulher terá multa no RJ

Agressor vai ressarcir Estado com valor utilizado em serviços públicos como polícia e ambulância. Poder Executivo ainda vai regulamentar as sanções.

Autores de agressão familiar ou doméstica contra a mulher serão multados, com base em uma lei publicada nesta terça-feira (28) no Rio. O projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) na véspera do Dia da Mulher e sancionado, três semanas depois, pelo governador Luiz Fernando Pezão (PMDB).

O texto diz que "será aplicada multa ao agressor que, por ação ou omissão, cometer violência doméstica ou familiar contra a mulher". Além da multa, os agressores responderão criminalmente pelo caso e podem ser presos. A autora da lei é a deputada Martha Rocha (PDT), ex-chefe da Polícia Civil.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Políticas Públicas

SUS terá atendimento especial para vítimas de violência doméstica

Projeto está entre quatro medidas aprovadas no início de março por ocasião da Semana da mulher

Publicada no Diário Oficial da União a lei que garante atendimento especializado para mulheres vítimas de violência doméstica e sexual no Sistema Único da Saúde ([SUS](#)).

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Ônibus Lilás oferece assistência jurídica e psicológica para mulheres no RJ

Unidade móvel vai atender mulheres em Cabo Frio e na zona norte do Rio no mês de abril.

Durante o mês de abril, o Ônibus Lilás, projeto de assistência e atendimento à mulher, vai percorrer bairros da zona norte do Rio e comunidades quilombolas de Cabo frio, região dos lagos. A iniciativa pretende debater os direitos femininos e combater a violência doméstica. Com uma equipe multidisciplinar, o Ônibus Lilás oferece gratuitamente assistências social, jurídica e psicológica, além de distribuir materiais de orientação sobre toda a rede de serviços de defesa e proteção às mulheres.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Campanha internacional valoriza mulheres rurais

Secretaria de agricultura familiar vai realizar oficinas, encontros de capacitação e empreendedorismo feminino

A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) lança a campanha internacional #MulheresRurais, mulheres com direitos.

A iniciativa busca conscientizar a população sobre as principais atividades das mulheres rurais para alcançar o desenvolvimento sustentável.

No Brasil, são mais de 14 milhões de trabalhadoras das lavouras, comunidades quilombolas e indígenas, e reservas extrativistas. Essas mulheres são protagonistas da agricultura familiar no País e cooperam para o desenvolvimento econômico e sustentável.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Panorama Internacional

Hong Kong planeja aposentadoria que discrimina mulheres

Governo quer que mulheres recebam 10% a menos que os homens porque a expectativa de vida delas é quatro anos mais alta que a deles.

Xangai (China) – O organismo de controle da igualdade de **Hong Kong** estudará a possibilidade de que haja discriminação em um novo plano de aposentadoria financiada pelo Governo pelo qual as mulheres receberiam 10% menos que os homens em seus pagamentos devidos a sua maior expectativa de vida.

O jornal independente “South China Morning Post” informou nesta quinta-feira que a Corporação Hipotecária de Hong Kong, dirigida pelo Governo, revelou este plano pelo qual os aposentados poderiam investir uma soma global para um investimento mensal garantido para o resto de suas vidas.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Contratos com clubes impedem atletas espanholas de engravidarem

Na Espanha, jogadoras não são profissionais e sofrem com a lei, que possui cláusulas antigravidez.

“A Lei do Esporte consagra na Espanha que os homens, só por serem homens, gozam de alguns direitos não reconhecidos às mulheres. Por lei, as mulheres não podem ser atletas profissionais, pois só as ligas masculinas têm o status de profissionais.”

Maria José López, advogada da Associação de Jogadoras de Basquete da Espanha (Ajub), não tem dificuldade alguma em denunciar, numa frase redonda, a razão pela qual as mulheres esportistas sofrem uma dupla discriminação neste país: a que toda mulher conhece, mais a decorrente da sua condição de atletas. E, acrescente-se, o Estado não parece muito preocupado com isso.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Sabatina da ONU vai denunciar falta de política sobre violência contra mulher no Brasil

O Brasil é denunciado nas Nações Unidas (ONU) por conta da violência contra a mulher e a entidade alerta que frear essa realidade é ainda um “desafio” ao País. Entidades apresentaram documentos à ONU alertando que 500 mil casos de estupros ou tentativas de estupros são registradas por ano no País, enquanto cerca de 5 mil mulheres são mortas.

Os dados foram transmitidos pela ONU a todos os governos que, no próximo dia 5 de maio, questionarão as políticas de direitos humanos no Brasil. Governos de todo o mundo são obrigados a passar por uma Revisão Periódica Universal, um mecanismo criado nas Nações Unidas para examinar todos os aspectos de direitos humanos nos países de forma regular.

Leia também: Raio-x da ONU apresenta Brasil como país com ‘discriminação estrutural’

Para se preparar para o questionamento, a ONU elaborou um raio-x oficial sobre a situação brasileira nesse período desde o último exame do País, em 2012. No documento, ela compila os resultados de investigações de relatores independentes, grupos de especialistas e missões realizadas no País nos últimos cinco anos. A constatação é de que, principalmente em relação a mulheres negras, a violência continua sendo uma questão a ser tratada pelo governo.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Mulheres ganham espaço em conselhos pelo mundo (menos aqui)

Uma pesquisa revela que as mulheres estão mais presentes nos conselhos de administração em todo o mundo. O avanço, porém, é lento no Brasil.

São Paulo — Ao tomar posse como primeiro-ministro do Canadá, há menos de dois anos, o liberal Justin Trudeau atraiu olhares do mundo inteiro. Não apenas por ter derrotado o conservador Stephen Harper, que estava há dez anos no poder. Quando anunciou a formação de seu gabinete ministerial, Trudeau entrou para a história como o primeiro a compor o governo de maneira igualitária do ponto de vista de gênero. Dos 30 ministérios, metade é chefiada por mulheres. Ao ser indagado sobre as razões para promover a diversidade na administração pública, a resposta do premiê foi simples: “Porque estamos em 2015”. Apesar de pioneiro, Trudeau não é uma voz isolada no Canadá.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Corte absolve argentina que ficou dois anos presa por um aborto

A mulher tinha sido libertada em 19 de agosto na cidade de Tucumán, após protestos de movimentos de mulheres e organizações de direitos humanos.

Uma mulher argentina que foi condenada a oito anos de detenção e passou mais de dois anos na prisão por um suposto **aborto** foi absolvida nesta segunda-feira pela Suprema Corte da província de Tucumán, norte do país.

Belém (nome fictício para preservar sua identidade), de 27 anos, tinha sido libertada em 19 de agosto passado na cidade de Tucumán, após protestos de movimentos de mulheres e organizações de direitos humanos, entre elas a Anistia Internacional.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Panorama Nacional

Mulheres são minoria entre donos de imóveis em São Paulo. Por que isso é um problema **Juliana Domingos de Lima 26 Mar 2017**

Uma nova pesquisa mostra que o menor acesso à propriedade por elas também prejudica o acesso a serviços públicos e emprego.

Um novo estudo mostra que, se juntarmos todos os imóveis de São Paulo que têm mulheres como proprietárias, a cidade da qual elas são “donas” é quase duas vezes menor do que a dos homens.

Da área total construída em São Paulo, 30% pertence a mulheres, e 57%, a homens. O restante é de pessoas jurídicas ou de proprietários cujo gênero não foi identificado.

Essa proporção é semelhante quando se fala da quantidade de imóveis e não apenas em área construída. Segundo o estudo “A propriedade imobiliária das mulheres na cidade de São Paulo”, disponibilizado com exclusividade ao Nexo e ainda não publicado, apesar de representarem 52% da população da capital paulista, mulheres possuem apenas 33% dos imóveis em que pelo menos um dos proprietários é uma pessoa física.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Lançada a cartilha “O que é e como agir em caso de violência de gênero na USP? ” (Jornal da USP)

Aplicativo de segurança, coletivos feministas, Guarda Universitária, rede de professoras, além dos espaços oficiais de apoio: são vários os caminhos por onde a comunidade USP pode buscar orientação e ajuda em relação a violência de gênero. Essas informações foram reunidas pelo [USP Mulheres](#) em uma cartilha, [disponível pela internet](#) a qualquer interessado.

A publicação traz orientações gerais para enfrentar situações de discriminação, assédio e violência contra as mulheres e de gênero no campus da USP em São Paulo – Butantã, Quadrilátero Saúde/Direito e USP Leste. Além de informar sobre os vários tipos de violência e esclarecer os passos para registrar uma denúncia, a cartilha traz endereços e contatos das comissões responsáveis pelos casos nas unidades e de órgãos institucionais.

A realização da cartilha é do USP Mulheres em parceria com a Rede Não Cala USP e a Pró-reitora de Pós-Graduação da USP. O material é uma versão adaptada da Cartilha da Comissão para Apurar Denúncias de Violência contra as Mulheres e Gêneros do campus da USP de Ribeirão Preto, de fevereiro de 2017.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

IBGE: mulher ainda é a principal responsável pela criança no lar

Em 2015, das 10,3 milhões de crianças brasileiras com menos de 4 anos, 83,6% tinham como primeira responsável uma mulher.

Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([IBGE](#)) divulgada hoje (29) mostrou que continua o predomínio expressivo da figura feminina como principal responsável pela criança no domicílio.

Em 2015, das 10,3 milhões de crianças brasileiras com menos de 4 anos, 83,6% (8,6 milhões) tinham como primeira responsável uma mulher (mãe, mãe de criação ou madrasta).

É o que aponta o Suplemento Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2015.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Estudantes elegem 'vadias da semana' em colégio de São Paulo e aluna diz 'querer morrer'

Como evitar que a Escola Estadual Profª Helena Lombardi Braga reproduza o roteiro de “13 reasons why”?

"Já estava no chão. Agora com essa, quero morrer". Esse foi o desabafo de uma adolescente da Escola Estadual Professora Helena Lombardi Braga, de São Paulo, a uma amiga no Whatsapp na semana passada. Os acontecimentos que a levaram até a declaração se assemelham ao roteiro da série *13 Reasons Why*, popular no Netflix, que aborda o suicídio de uma adolescente após meses de bullying machista nos corredores da escola.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Especial Assédios na PM: “O capitão da PM queria me fazer sentar no colo dele”

“Entrei para ter meios de criar meu filho”, diz Penha, sobre seu ingresso na Polícia Militar do Estado de SP, em 2005. Na época, seu menino tinha dois anos de idade. Comando-Geral da PM paulista se cala diante de denúncias de assédio da ex-cabo.

Ela formou-se em Direito e fez duas pós-graduações, motivo pelo qual, além de ter atuado no setor administrativo, era professora na unidade escola do **5º Batalhão da PM**, na Vila Pedrosa, zona norte da capital paulista, e no Centro de Formação de Soldados de Pirituba, zona oeste.

No âmbito operacional, trabalhava como ronda escolar da 2ª Companhia do 5º BPM, e tudo ia bem até o comando da unidade ser trocado, em 2015. O posto foi assumido por **Eder Lima**, então primeiro-tenente, que foi promovido a capitão na mesma época.

Entre abril e maio de 2015, teve início para Penha uma rotina de assédios que culminou em sua exoneração cerca de um ano e meio depois, em fevereiro deste ano.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Caso Zé Mayer: “não foi brincadeira. Foi violência de gênero”, afirma defensora

Em lançamento de série da Globo, Caio Blat saiu em defesa de José Mayer, que assumiu ter assediado a figurinista Su Tonani. “José Mayer é uma pessoa que a gente conhece. A declaração que ele deu hoje foi brilhante [sobre a carta aberta de desculpas]. Ele não representa ameaça a ninguém. Fez uma brincadeira fora de tom, e na presença de outras pessoas. Não houve intimidação”, afirmou o ator para o site “Glamurama”.

Para a defensora pública Ana Rita Prata, coordenadora do Núcleo da Mulher na Defensoria de São Paulo, Blat está equivocado na sua defesa do colega. “É importante dizer que não foi uma brincadeira. Foi uma violência de gênero. Praticada contra uma mulher por ela ser mulher e pode ser caracterizada como um crime”, afirma.

A advogada diz que, caso a figurinista denuncie Mayer na Justiça comum, o fato de o ator ter passado a mão na genitália dela pode ser interpretado como estupro, pelo artigo 213 do Código Penal.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Escapei de um marido violento, mas vi minha filha morrer na mão do goleiro Bruno

Fui para outro Estado fugindo da violência doméstica. Eliza ficou para enfrentar seu agressor e acabou assassinada

Quando dei por mim, tinha perdido minha filha e meu ex-marido, dado como morto, estava vivo na TV segurando meu neto.

Conheci meu primeiro namorado – que logo se tornaria marido – bem nova, com apenas 17 anos. No início tudo eram flores, a gente se amava e falava em ficar junto para sempre. O Luiz Carlos tinha 24 anos era um sonho bom: carinhoso e gentil. Fui morar com ele no mesmo ano em que o conheci. Com a convivência pude ver uma pessoa que não conhecia: violenta e sem o menor respeito por mim. Ele começou com a agressão verbal, passou a ser muito grosseiro com coisas pequenas. Não demorou muito para ele avançar para a agressão física. O Luiz me batia muito, quase todos os dias. Separamos e voltamos muitas vezes. Eu estava cansada de apanhar, mas não conseguia sair de vez daquele relacionamento abusivo.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

‘Assédio no trabalho é recorrente’, diz advogado - Pesquisa com mais de 4 mil pessoas aponta que 87% das vítimas não fazem denúncia

O assédio praticado em ambiente de trabalho ganhou destaque na mídia e virou tema de debate nas últimas semanas quando o caso envolvendo uma celebridade se tornou público. A discussão, no entanto, só foi possível porque a vítima fez a denúncia. Mas tomar essa atitude é um tabu para mais de 87% das pessoas que já sofreram assédio moral ou sexual no local de trabalho e não denunciaram.

O percentual foi identificado por meio de pesquisa realizada com 4.975 usuários do site Vagas.com. O resultado do estudo aponta que 52% dos entrevistados já sofreram assédio moral ou sexual no trabalho.

“O fato de mais da metade dos participantes terem passado por essa situação chamou a nossa atenção, bem como o número de vítimas que não fizeram denúncia. Isso ocorre, principalmente, por medo de perder o emprego ou sofrer represália. Algumas pessoas afirmaram que não denunciaram por vergonha e receio de acharem que elas eram as responsáveis, demonstrando forte sentimento de culpa”, afirma o coordenador da pesquisa, Rafael Urbano.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Página altera letras consideradas ofensiva às mulheres e conquista internautas

Os sucessos que despontam da noite para o dia costumam ter letras bem peculiares. Alguns incitam a violência, outras falam de luxo, consumo de bebida alcoólica, relacionamentos e muitas degradam a imagem feminina. A página no Facebook “Arrumando Letras” quebra a rima, mas corrige a apologia ao machismo, explícita em muitas canções.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Brasil ocupa 115º lugar em ranking de mulheres na política

No Parlamento brasileiro, há somente 10% de mulheres. A média mundial subiu de 12,7%, em 1990, para 23%, em 2016.

O Brasil ocupa a 115ª posição no *ranking* mundial de presença **feminina** no Parlamento dentre os 138 países analisados pelo Projeto Mulheres Inspiradoras (PMI). Com base no banco de dados primários do Banco Mundial (Bird) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O Ranking de Presença Feminina no Parlamento 2017 foi divulgado.

As nações que apresentam maior percentual de mulheres no Parlamento são Ruanda (63,8%), Bolívia (53,1%), Cuba (48,9%), Islândia (47,6), Suécia (43,6%), Senegal (42,7%), México (42,4%), África do Sul (41,8%), Equador (41,6%) e Finlândia (41,5%).

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

O que pensam 5 mulheres indígenas que são lideranças em suas comunidades

Relatos sobre maternidade, protagonismo feminino e mudanças climáticas fazem parte do livro “Povos Indígenas no Brasil”

Fátima, Josiane, Magaró, Aracy e Estela são algumas das lideranças femininas indígenas contemporâneas, cujo depoimento sobre temas como a maternidade, as relações de poder dentro das comunidades, o modo de vida tradicional e as mudanças climáticas foram coletados por antropólogas para o livro Povos Indígenas no Brasil (2011-2016), publicado pelo Instituto Socioambiental (ISA) no mês de abril.

Segundo o Censo IBGE 2010, dos 817 mil indígenas distribuídos entre mais de 240 povos, 444 mil são mulheres. Para além dos desafios ligados ao contexto dos povos indígenas, como a disputa por terras, os avanços dos ruralistas e a violência no campo, as indígenas também enfrentam questões como a violência contra a mulher.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mulher trabalha 5,4 anos a mais do que homens, diz estudo do Ipea

De acordo com o Ipea, nesse período de aproximadamente 30 anos, as mulheres somam, em média, 22,4 anos de contribuição para a Previdência.

A **mulher** trabalha 5,4 anos a mais do que o homem ao longo de cerca de 30 anos de vida laboral, segundo simulação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O trabalho extra é resultado dos afazeres domésticos. O cálculo foi feito a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2014, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o Ipea, nesse período de aproximadamente 30 anos, as mulheres somam, em média, 22,4 anos de contribuição para a Previdência Social. Um total de 44,4% das mulheres às quais foram concedidas aposentadorias em 2014 atingiram até 20 anos de contribuição.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Maioria nos jogos, mulheres sofrem com machismo e assédio nos games

Abusos recorrentes na vida real também assombram as jogadoras no mundo virtual. Atualmente, elas representam 52,6% do mercado brasileiro

As mulheres já são maioria no mundo dos videogames. Apesar dessa presença maciça — segundo a consultoria Game Brasil, as jogadoras representam 52,6% desse universo —, elas ainda sofrem com o machismo, preconceito e assédio durante as partidas.

Jogadora assídua de “GTA V”, “COD Ghosts”, “Destiny” e “Overwatch”, a estudante Giulia Chermont, de 18 anos, já foi assediada durante uma partida on-line. Acostumada a jogar com amigas, justamente para evitar esse tipo de abuso, ela se aventurou na modalidade aberta (na qual os times são formados aleatoriamente com usuários conectados) e deu muito errado.

“Um dia jogando com umas amigas, precisávamos de mais pessoas no time e um homem caiu em nossa partida. Ele ficou do início ao fim dando em cima de nós e dizendo: ‘Quando você vai me chamar para ir na sua casa? Faremos coisas legais’; ‘Quer que eu vá aí matar essa aranha para você?’; ‘Vocês têm namorado? Podiam ter, não sou ciumento’; ‘Passem o número do celular de vocês, eu não mordo’”, relata Giulia.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mulheres em Movimento

O que move o feminismo asiático no Brasil?

Mulheres de ascendência asiática compartilham experiências e discussões na Plataforma Lótus.

“Nós, mulheres asiáticas, precisamos contar, compartilhar e discutir a história de nossas antepassadas, a história de nossas contemporâneas, e principalmente, a nossa história”, diz o manifesto da Plataforma Lótus, catalisadora de discussões e estudos sobre feminismo asiático no Brasil.

Criado em julho de 2016, o coletivo reúne feministas de ascendência japonesa, chinesa, coreana e okinawana, além de expandir as fronteiras para acolher as vivências de mulheres com trajetórias ligadas à Índia, ao Oriente Médio e ao sudeste da Ásia.

Além da partilha de histórias e experiências, o combate à fetichização dos corpos femininos ditos “orientais” e a visibilização de informações sobre feministas e mulheres asiáticas proeminentes podem ser encontrados na página do grupo no Facebook, que conta com cerca de duas mil seguidoras.

Além disso, um grupo fechado com 400 mulheres também promove discussões atreladas ao tema no Facebook. O grupo é voltado para mulheres asiáticas (inclusive as trans. e as que ainda estão em transição) e de outros grupos minorizados.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Brasil tem movimentos de mulheres mais estruturados do mundo, diz pesquisadora

Organizadora do recém-lançado *50 anos de feminismo – Argentina, Brasil e Chile*, Lúcia Avelar afirma que países com maior envolvimento da população na política tendem a ter feminismos mais organizados.

Quando se fala em mulheres da América Latina, é comum fazer uma conexão imediata com números preocupantes de feminicídio, com a escassez de direitos e com uma forte cultura do estupro. Poucas vezes, porém, se fala das mudanças trazidas pela luta feminista em países como Brasil, Argentina e Chile – países que têm feito reformas interessantes em direção à igualdade de gênero, inclusive com reconhecimento e com a ajuda de órgãos internacionais como a ONU, e que tiveram, ao longo dos últimos 50 anos, governantes do sexo feminino.

Foi pensando nisso que as sociólogas Eva Alterman Blay e Lúcia Avelar iniciaram a pesquisa “50 Anos de Feminismo (1965-2015): Avanços e Desafios: Argentina, Brasil e Chile”, no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, com a colaboração de autores de diversas universidades do Brasil e da América Latina.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Temer não é padrinho das Mulheres Negras, de nossa Luta e História!

Por Núcleo Impulsor da M.M.N-SP – Após declaração de Luislinda Valois, ministra de direitos humanos, de que Michel Temer seria “padrinho das mulheres negras brasileiras” (Vídeo abaixo), Marcha de Mulheres de Negras de São Paulo emite forte Nota pública

A ministra dos direitos humanos Luislinda Valois falou em nome das mulheres negras brasileiras afirmando que Michel Temer seria “um padrinho das mulheres negras”. A Marcha de Mulheres Negras de São Paulo não reconhece essa posição. Ao afirmar que Michel Temer tem feito bem para nós negras deste país acaba demonstrando profundo desconhecimento de qual vem sendo a posição apresentada pelo nosso movimento nos últimos anos.

A política do apadrinhamento remete aos tempos coronelistas. Era através dessa forma de lidar com as pessoas que a Casa Grande mostrava sua força junto a população local e negra. Reivindicar isso é reivindicar que as mulheres negras brasileiras são seres de segunda classe e que devem baixar a cabeça para “padrinhos” brancos para assim poderem estar nos espaços de poder e da política.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Opinião

Mexeu com uma, mexeu com todas?

Mulheres não são uma categoria única. Partem de diferentes pontos. Entender essas diferenças é essencial.

É preciso resistir à tentação das fórmulas simples, diria Simone de Beauvoir. Quando falamos em opressão de gênero, mais ainda.

Ultimamente, temos acompanhado importantes mobilizações acerca de opressões que atingem as mulheres. Acredito que quanto mais se falar no tema, mais contribui na conscientização dos seres humanos e numa maior transformação de mentalidade. Fazendo jus ao conselho de Beauvoir, questiono, porém: é possível falar em unidade das mulheres? É possível ainda insistir numa suposta universalidade da categoria mulheres?

Como as feministas negras historicamente têm nos ensinado, é necessário nomear as opressões, entender que mulheres partem de diferentes pontos de partida e que existem variadas possibilidades de ser mulher. Entender essas diferenças é essencial para o prosseguimento da luta feminista. Mas quando dizemos “mexeu com uma, mexeu com todas”, estamos de fato nos referindo a todas ou à categoria que se pretende universal?

Para além disso, se faz importante questionar os modos pelos quais as identidades são colocadas. Bell hooks (a intelectual prefere que se escreva assim, em minúsculo) aponta para a necessidade de se transpor uma identidade vitimada para uma identidade de resistência militante.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Cadê a mãe dessa criança? Está trabalhando doze horas por dia, para 'salvar' o país

Aperte os cintos: a vida da mãe que trabalha vai piorar. E muito

Você se descobre grávida. Que alegria, né não? Mas na fábrica nem todos compartilham deste seu sentimento. Seu chefe decidiu que você pode continuar trabalhando naquela câmara frigorífica com temperaturas abaixo de zero ou na linha de montagem barulhenta que você e seus colegas só conseguem suportar graças aos protetores auriculares (já inventaram equipamentos de proteção para bebês? Não, né?).

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Agenda Cultural

Masculinidades e Feminilidades negras em diálogo

O ciclo traz um conjunto de investigações teórico-políticas sobre as feminilidades e masculinidades negras, abrindo espaço para o diálogo sobre/entre esses grupos sociais. Apresenta pesquisas acadêmicas, debates políticos, teorias sociais e psicológicas contemporâneas, a partir da articulação analítica complexa entre gênero e raça, além de classe, sexualidade, geração e região. Essas categorias possibilitam a identificação de aspectos individuais, coletivos e processos sócio históricos que influenciam a experiência de ser mulher negra e homem negro, assim como suas relações.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Livro infantil ensina meninas a se rebelarem contra estereótipos de gênero

"Era uma vez uma menina que adorava a escola." Assim o livro infantil "Histórias de Ninar Para Garotas Rebeldes" começa a contar a história (verdadeira) de Malala Yousafzai, adolescente paquistanesa vencedora do prêmio Nobel e que levou um tiro do grupo extremista Talibã em 2012 por defender o direito das meninas à educação.

O livro usa ilustrações e narrativa de conto de fadas para contar histórias de cem mulheres inspiradoras ao redor do globo. A ideia é ensinar meninas a se rebelar contra estereótipos de gênero e a seguir seus sonhos.

Desde o lançamento, famílias têm compartilhado nas redes sociais as impressões de seus filhos sobre as garotas rebeldes.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Juana Inês, a série “escondida” da Netflix sobre a “primeira feminista da América” que você precisa ver

Escritora e poeta autodidata, questionadora de dogmas religiosos, ameaçada de ser condenada à fogueira pela Inquisição e freira — eis a história da mexicana que abalou as estruturas do México colonial

Desde janeiro deste ano, está disponível na plataforma Netflix a série “Juana Inês”, e se você ainda não parou para assisti-la, faça isso o mais rápido possível. Embora não tenha sido tão comemorada e publicitada pela mídia quanto séries com personagens femininas como Jéssica Jones, 13 Reasons Why, Orange Is the New Black, Orphan Black e How to Get Away with Murder, há várias razões para se dar uma chance a essa produção.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Terapeuta cria projeto para mulheres olharem região íntima com orgulho

Layla Martin, de Los Angeles, nos Estados Unidos, é terapeuta especializada em tantra (ciência comportamental que tem como objetivo ensinar novas formas de explorar a sexualidade) e criou um projeto para que as mulheres olhem de forma menos crítica para sua região íntima.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Aconteceu

Lançamento livro “Femicídio #InvisibilidadeMata”

No dia 30 de março, o Instituto Patrícia Galvão e a Fundação Rosa Luxemburgo promovem o lançamento do livro Femicídio #InvisibilidadeMata, acompanhado de um debate sobre a perpetuação da violência contra as mulheres até o desfecho fatal.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

ONU Mulheres apresenta no RS currículo escolar para educação com igualdade de gênero

A educação com igualdade de gênero foi o tema destacado pela ONU Mulheres Brasil em 25 de março, Dia Laranja em solidariedade a mulheres e meninas em situação de violência no mundo. Para a ocasião, a coordenação da iniciativa “O Valente não é Violento” apresentou à rede pública de educação do estado do Rio Grande do Sul o “Currículo Educativo O Valente não é Violento”.

A educação com igualdade de gênero foi o tema destacado pela ONU Mulheres Brasil em 25 de março, Dia Laranja em solidariedade a mulheres e meninas em situação de violência no mundo. Para a ocasião, a coordenação da iniciativa “O Valente não é Violento” apresentou à rede pública de educação do estado do Rio Grande do Sul o “Currículo Educativo O Valente não é Violento”.

Desenvolvido por ONU Mulheres, União Europeia, o currículo é uma ferramenta para a construção coletiva de um modelo educacional que responda e apoie a qualificação de professoras e professores nos temas de gênero, raça e etnia.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

A sanitaria Ana Costa discute aborto inseguro em SP

Aborto inseguro é terceira causa de internações de mulheres no SUS. USP Talks debate o tema nesta quarta, 26, com Ana Costa, do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde e da Escola Superior de Ciências da Saúde

No Brasil, o aborto só é permitido em casos de gestação resultante de estupro, gestação de anencefálicos e quando há risco de vida da mãe. Porém até mesmo nesses casos, aceitos pela lei, o acesso se mantém complicado. Segundo a pesquisa Serviços de Aborto Legal no Brasil – um Estudo Nacional, coordenada pela antropóloga Débora Diniz (Anis/UnB), entre 2013 e 2015, um total de 5.075 mulheres foram à rede pública em várias partes do País para realizar o procedimento, mas apenas 2.442 tiveram êxito. O que aconteceu com as outras? Não é um equívoco pensar que tenham ido às clínicas clandestinas, como descreve a excelente reportagem [Aborto Legal – um direito negligenciado](#), de Manuela Azenha, publicada pela revista Brasileiros na edição 115.

Em todos os demais casos, o aborto é crime previsto pelo Código Penal Brasileiro, datado de 1940.

O cobertor da falsa moralidade, porém, não dá mais conta de esconder a trágica situação das mulheres que se submetem ao procedimento em condições precárias. As complicações vão desde o risco de esterilidade à morte. Além de ser a quinta causa de mortalidade materna, o aborto inseguro é a terceira causa de internações de mulheres no SUS. Na rede privada, o número não está disponível.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

[O Boletim eletrônico do NUDEM: Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher](#) destina-se à comunicação interna da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e seus parceiros. Produzido pelo Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher em parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa. Para mais informações, contate nucleo.mulher@defensoria.sp.gov.br

Atenciosamente,

Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM)

Rua Boa Vista, nº 103, 4 º andar, Centro

Tel.: (11) 3101 0155 ramais 233/238

Cep. 01014-001 São Paulo, SP

Home page: www.defensoria.sp.gov.br

E-mail: nucleo.mulher@defensoria.sp.gov.br